

Ensino de História e a Mitologia do País de Mossoró

SADRAQUE MICAEL ALVES DE CARVALHO*

O texto que se segue é uma tentativa de fundamentação teórica de uma pesquisa que tem por meta investigar o ensino de uma memória oficial na cidade de Mossoró. Na pesquisa, se dará ênfase às narrativas dos professores de história acerca dessa memória, com o intuito de identificar os modos de apropriação desses sujeitos, que são mobilizados nas suas práticas pedagógicas.

O ponto de partida da pesquisa é a historiografia crítica mossoroense, que produziu um determinado sentido sobre Mossoró. A década de 1980 marca o início de uma produção historiográfica que tem se dedicado a estudar a produção de uma memória e identidade mossoroenses. Os principais trabalhos que abordam esse tema são: *Organização do espaço urbano de Mossoró* (1982) e *A (re)invenção do lugar – os Rosados e o país de Mossoró* (2001), ambos de autoria de José Lacerda Alves Felipe, *Mitologias do país de Mossoró* (1998), de Francisco Fagundes de Paiva Neto e *Abolição da escravidão em Mossoró – pioneirismo ou manipulação do fato* (1999), de Emanuel Pereira Braz. Estes são os primeiros trabalhos que na tarefa de problematizar a memória e a identidade mossoroenses, acabam também por fazer uma crítica à configuração política de Mossoró. A família Rosado é apontada como o grupo responsável pela produção da memória oficial, de modo que as práticas que visam criar a identidade do lugar são consideradas como estratégias essencialmente ideológicas, com fins políticos e eleitorais. A interpretação construída por esses autores leva a compreensão de que os Rosado conseguem manter-se no executivo municipal, bem como nos cargos legislativos municipal, estadual e federal, graças a uma política de memória que lhes dá um fundamento histórico, projetando uma ilusão nos mossoroenses de que devem votar nos membros dessa família porque somente eles podem guiar os destinos da cidade. O conjunto desses trabalhos produziu um sentido que orienta a compreensão de vários intelectuais que se dispuseram a pensar e produzir conhecimento sobre Mossoró, tornando-se referências importantes para outros trabalhos acadêmicos. Apontar as razões que levaram esta família a conseguir este sucesso

* Mestrando em História pelo PPGH-UFRN. Bolsista CAPES.

político tem sido um ponto que atravessa, insistentemente, vários trabalhos acadêmicos, em especial a produção histórica. A dominação política dos Rosado é lida sob o signo do coronelismo, dominante na República Velha, sendo esta família uma oligarquia que através de mecanismos estratégicos criam uma ideologia, uma falsa consciência que mantém os mossoroenses sob o julgo dos coronéis.¹ A memória oficial, também designada como “mitologias do país de Mossoró”, reúne quatro episódios da história da cidade, quais sejam, o *Motim das mulheres* (1875), a *Abolição da escravatura* (1883), a *Resistência ao bando de Lampião* (1927) e o *Voto Feminino* (1927). Estes são os pilares que sustentam a memória oficial, dando legitimidade aos discursos do *pioneirismo*, *resistência e liberdade*, sempre destacados nos festejos cívicos.

A retomada dessa historiografia teve por meta inicial expor a ideia de que a mesma construiu uma visão hegemônica da identidade mossoroense, a qual é entendida enquanto uma construção eminentemente ideológica, com fins políticos e eleitorais. Esta mesma historiografia difunde a ideia de que os mossoroenses se apegam fortemente às mitologias do país de Mossoró, absorvendo os conteúdos ideológicos que os tornam diferentes das pessoas de outros lugares. A partir disso é premente demonstrar que tal visão é insuficiente e limitadora. Em primeiro lugar, porque os autores ratificam o discurso de que existe um caráter mossoroense, uma singularidade que está presente nos corações e nas mentes das pessoas do lugar. Nesta compreensão, os autores mantêm-se presos ao discurso que institui a identidade e reafirmam a sua força. Em segundo lugar, é necessário dizer que é no mínimo um reducionismo simplista julgar a eficácia simbólica da memória oficial a partir do sucesso eleitoral dos Rosado. Talvez, afirmar isto seja o mesmo que dizer que os autores, por meio da leitura e crítica das fontes – as obras da Coleção Mossoroense que narram a versão oficial da história de Mossoró - conseguiram perceber que no momento da eleição as pessoas se lembram de que devem votar nos membros da família Rosado por conta do passado glorioso do qual são os legítimos herdeiros e continuadores. A memória não estaria em disputa, uma vez que o consenso foi atingido em níveis máximos de excelência. Além disso, os autores afirmam que a própria existência do sentimento de pertença à Mossoró

¹ Essa construção discursiva já foi por mim estudada. Identifiquei que os autores partilham o mesmo modelo de explicação, bem como são inspirados num pensamento marxista. A análise sobre essa questão será reunida no primeiro capítulo na dissertação.

implica numa especificidade. O bairrismo é identificado como um elemento característico do mossoroense.

Embora não seja minha intenção apontar novas compreensões acerca da produção da identidade mossoroense, ao menos não de forma sistemática, por meio de uma releitura das fontes utilizadas por esses autores, talvez seja válido utilizar a noção de *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008) para testar o caso de Mossoró. É evidente que Benedict Anderson está tratando do fenômeno do nacionalismo. Não proponho a compreensão de Mossoró como uma nação, embora suas elites tenham se valido de estratégias comuns àquelas que são típicas da construção das nações e dos nacionalismos. Como bem assinalou Anderson, as comunidades imaginadas não são constituídas de cima para baixo, a ser conscientemente adotada pelos membros das comunidades. Podemos dizer que a historiografia até aqui considerada tratou de estudar a produção de uma identidade no sentido de desnaturalizá-la, ao menos num aspecto, o de mostrar que a mitologia do país de Mossoró, o fundamento da identidade do lugar, não existe desde sempre, ela foi inventada em determinado momento. Contudo, após demonstrarem que se trata de um processo de invenção, os autores compreendem que a identidade mossoroense está homogeneizada e a população do lugar se apega fortemente aos símbolos oficiais porque não se dá conta de que eles foram construídos tão somente para lhes dominar. Tal apego é sinônimo de passividade, característica inerente ao processo de dominação a que estão submetidos. A historiografia pretensamente crítica finda por naturalizar a homogeneização da identidade. Neste sentido, é válido refletir sobre as comunidades que se constituíram e acreditam que pertencem a um grupo muito maior, em vista de serem que partilham elementos comuns, como um passado ou uma cultura. A ideia de pertencimento é possível por conta da capacidade de imaginar, como diria Benedict Anderson. Algo semelhante também foi dito pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan, acerca da característica que os homens têm em olhar com indulgência para os seus lugares de nascença, num processo de mobilização das subjetividades dos indivíduos. Yi-Fu Tuan elabora esta ideia quando fala de um centro de valor (TUAN, 1983). Pessoas de todos os lugares tendem a considerar a sua cidade ou o seu país como o centro do mundo, um centro dotado de valor. Esses valores podem ser partilhados por uma grande comunidade: os muçulmanos consideram Meca como um lugar sagrado. Ela não apenas está no centro

do mundo, como também ocupa o topo do mundo (TUAN, 1983; p.44). É uma característica da espécie humana o apego muitas vezes apaixonado a lugares de grande tamanho, como a nação, a cidade, a comunidade religiosa, etc. Dessa forma, soa no mínimo estranho o pensamento de que o apego do mossoroense à sua cidade, o seu bairrismo, é sinônimo de dominação, e ainda, que aí reside a sua especificidade.

A segunda razão que nos fez retomar esses trabalhos é a intenção de justificar uma pesquisa sobre as apropriações da memória oficial, a mitologia do país de Mossoró, no ensino de história. Trata-se de uma pesquisa sobre a *formação histórica* (RÜSEN, 2001; p.48) em escolas de Mossoró, na qual pretendemos tomar como fontes as narrativas dos professores de história acerca dessa memória. Os nossos autores construíram uma base importante para se pensar a questão da apropriação dessa memória pela escola, em especial através do ensino de história. Poderíamos até mesmo dizer que na visão deles é a memória, entendida como ideologia, quem se apropria da instituição escolar.

A atenção que se pretende dar às narrativas dos professores guarda uma proximidade teórica com o trabalho do historiador Gilmar Arruda. No seu trabalho de tese, quando Arruda toma as falas dos seus familiares como fonte histórica, não quer obter a verdade através de um cruzamento de fontes, mas sim, oferecer outros “ângulos de visão” (ARRUDA, 2000; p.38). De modo semelhante, arrisco dizer que as narrativas dos professores acerca dessa memória oficial e de suas práticas pedagógicas cumpririam a tarefa de oferecer outro foco narrativo para o entendimento das relações entre o ensino de história e a mitologia do país de Mossoró. Contudo, diferentemente de Arruda, não se quer fazer uma história de vida dos professores, – é evidente que dados sobre a vida pessoal desses sujeitos devem ser levados em conta – mas identificar os modos de apropriação dessa memória.

O posicionamento teórico adotado aqui é comum aos pesquisadores que trabalham com fontes orais, a saber, a ideia de que os dados obtidos por meio dessas fontes podem trazer novos elementos para a compreensão de um determinado tema (Ver ARRUDA, 2000; CAINELE, 2003; POLLAK, 1992). A pesquisa com os professores tem por objetivo oferecer uma explicação do ensino de uma memória oficial, que tem sido designada por uma tradição historiográfica de “mitologia do país de Mossoró”, por

meio de um estudo sistemático que implica na utilização de entrevistas com os professores. Este trabalho pretende estudar um aspecto da formação histórica, podendo oferecer uma visão mais efetiva de como a escola tem se apropriado da mitologia do país de Mossoró. Não se trata de fazer uma sondagem estatística, oferecendo um quadro amplo da situação do ensino de história em Mossoró. Tal pretensão demandaria anos de pesquisa e uma gama de outros pesquisadores, em vista da complexidade que caracteriza o espaço escolar. De saída, é válido salientar que não queremos com este trabalho mostrar a verdade ocultada pela historiografia. Não se quer oferecer outros motivos ou razões que expliquem a permanência dos Rosado na prefeitura de Mossoró. Pessoalmente, considero que os autores aqui vistos falharam ao se darem por satisfeitos quanto à atitude de considerar a escola tão somente como mecanismo de reprodução da ordem social, que assegura a difusão da ideologia dominante, moldando o pensamento dos estudantes e imprimindo nestes as formas que lhes são enviadas de cima. Esta é uma concepção unidimensional que conduz o leitor à compreensão de que tudo é ideologia. A historiadora Thais Fonseca elabora uma crítica a esta perspectiva, que nos serve para ilustrar esta situação. Na introdução do seu livro *História & Ensino de História*, ela nos diz que as primeiras pesquisas sobre o ensino da história estavam pautadas numa tradição dedicada a estudar a escola a partir de suas relações com os aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Sustentada numa perspectiva marxista, esta tradição compreendia a escola como reprodutora das desigualdades sociais, bem como da ideologia dominante. As fontes mais privilegiadas nestes estudos eram as propostas oficiais, currículos, livros didáticos e as políticas públicas para a escola. Nesta apreensão, todos os elementos internos ao espaço escolar eram negligenciados, bem como se ignorava todo o complexo de relações estabelecidas entre os sujeitos que constituem a própria escola, uma vez que todo o esforço estava concentrado em desvendar as concepções políticas e ideológicas acerca da escola (FONSECA, 2006; p.9-10).

No Brasil, esta perspectiva de alerta e denúncia dos projetos de dominação ideológica construídos para a escola constituiu inclusive um gênero literário, denominado por Kazumi Munakata de *as belas mentiras*. Nos anos 70 e 80 foram desenvolvidas várias pesquisas dedicadas a criticar e flagrar nos livros didáticos a legitimação ideológica da burguesia no Brasil, representada pelo governo militar. Esse

estilo literário foi preservado posteriormente ao período da ditadura. No seu estudo sobre a produção dos livros didáticos de história, o autor identifica muitas dessas críticas como sendo sensacionalistas, uma vez que se assemelham a uma política de inquisição terrorista, um tribunal de belas mentiras que instaurou uma verdadeira caça às bruxas. Em suma, os pesquisadores viam a ideologia onde quisessem (MUNAKATA, p. 271).

A preocupação em desvendar a ideologia burguesa escondida nas propostas curriculares, nos programas de ensino, nos materiais didáticos, etc., pode ser entendida como uma resposta de um conjunto de intelectuais engajados, inspirados por determinada teoria, para a complexa relação entre Estado e sociedade civil, que no Brasil teve a indigesta contribuição de um governo militar autoritário. Em grande medida, é no final da ditadura militar que se pode perceber uma preocupação em se fazer uma crítica que potencializasse novas visões e concepções, que por sua vez teria a função de alimentar os desejos de mudança. A perspectiva foi ampliada com a redemocratização e os intensos debates que se seguiram até a Constituição de 1988. Essa tendência pode ser percebida não só no Brasil. O livro de Umberto Eco, *Mentiras que parecem verdades*, de 1972, é um exemplo do interesse em flagrar a ideologia burguesa subjacente nos materiais didáticos. Maria Carolina Galzerani identifica essa tendência no Brasil a partir do trabalho de Maria de Lourdes das Chagas, *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*, publicado em 1979 (GALZERANI, 2006; p. 107). Munakata indica também que este trabalho é inspirado no livro anterior de Umberto Eco. O momento no qual José Lacerda primeiramente, e em seguida Paiva Neto e Emanuel Braz, escrevem, metade da década de 1980 e segunda metade da década de 1990 respectivamente, o desejo de emboscar a ideologia que assegura a manutenção de certos grupos no poder mantém-se forte e sedutor, o que se confirma também na tese de José Lacerda, de 2001, e em trabalhos recentes que seguem a mesma perspectiva. Esses intelectuais foram formados nesse contexto, e o olhar que lançam para a realidade é fruto dessa formação.

Embora não possamos dizer que os autores tenham pesquisado a *formação histórica* que ocorre em Mossoró, não podemos negar que eles estiveram interessados neste aspecto e que ofereceram uma base importante para se pensar a questão do ensino.

Também não se trata de negar a importância que esses trabalhos tiveram e ainda têm, uma vez que são os primeiros estudos sobre a produção de uma memória e de uma identidade mossoroense.

Podemos perceber na escrita de José Lacerda, Francisco Paiva Neto e Emanuel Braz a ideia de que a escola constitui um espaço privilegiado onde se configura um ensino voltado para inculcar nos estudantes a ideologia que permeia a memória oficial de Mossoró. Contudo, não há quaisquer programas de disciplinas escolares, nenhum documento curricular ou proposta para o ensino dessa memória, qualquer relato de professores da cidade, numa palavra, nenhum documento elaborado para escola e/ou na escola que permita evidenciar efetivamente essa relação tão denunciada entre a escola e a disseminação ideológica. Em grande medida, isso ocorre porque os autores enxergam previamente a escola como mecanismo de reprodução de uma identidade mossoroense. Para eles, isto é tão óbvio que não demanda uma preocupação maior, no sentido mesmo de se interrogarem sobre as práticas do cotidiano escolar. É premente dizer que nesta visão está inclusa uma perspectiva de que não há separação entre intenções e resultados, ou seja, se a escola constitui um mecanismo de reprodução de uma ideologia criada pelas elites que estão acima dela, a escola também se configura numa instituição bastante poderosa, uma vez que a existência de uma proposta de ensino já assegura os resultados que a mesma anseia atingir. O raciocínio é o seguinte: como há um projeto de reprodução de uma identidade mossoroense que chega até a escola – embora os autores não demonstrem conhecer documentos desse projeto – isso quer dizer que o resultado do mesmo é a efetivação nas escolas de um aprendizado histórico ideologizado, que fará os alunos sentirem-se mossoroenses nos termos do que é apregoado pelos inúmeros dispositivos criados pela família Rosado, para quando chegar a hora, eleger os membros dessa oligarquia.

Dissemos anteriormente que esta pesquisa anseia problematizar a *formação histórica*. É válido delimitar mais precisamente o que se pretende fazer. Não é minha intenção oferecer um quadro total da formação histórica em Mossoró, mas sim, estabelecer uma aproximação deste domínio a partir do estudo das narrativas dos professores de história e nisto como procedem em suas apropriações da mitologia do país de Mossoró. Trata-se de compreender a forma como os professores fazem sentido

da memória oficial, ou ainda, de como este conhecimento histórico é utilizado no processo de orientação temporal. Ao lado disso, o entendimento que têm da aprendizagem dos alunos também deve ser identificado, para que se possa oferecer uma compreensão do modo como a memória oficial vem sendo trabalhada pela escola, mais especificamente pelo ensino de história. Assim, é crucial entender como as ferramentas que visam à compreensão da história são ensinadas às gerações futuras. Por isso o enfoque na escola, como lugar de educação formal.

A *formação histórica* é uma definição abrangente que designa os fenômenos do aprendizado histórico. Jörn Rüsen é um dos principais estudiosos que oferecem subsídios para essa reflexão. Um dos pontos de apoio que utilizamos é a compreensão de Rüsen acerca da *consciência histórica* (RÜSEN, 2001; p.53-93). A expressão consciência histórica refere-se aos significados que são construídos em grupo e pelo grupo acerca de si próprio, cuja característica principal é a capacidade de orientar, intencionalmente, a vida prática no tempo (RÜSEN, 2001; p.56 e 57). A história enquanto ciência, ou ainda, enquanto prática de estudo regulada metodicamente é entendida por Rüsen como uma manifestação particular da consciência histórica, e por sua vez também desempenha uma função de orientação temporal. A ciência da história tem como fundamento genérico e elementar a consciência histórica. (RÜSEN, 2001; p.30). Ela oferece uma resposta às carências de orientação que fomentam constantemente as várias modalidades de pesquisa. Esta seria a sua função prática. Contudo, esta função não é costumeiramente trabalhada pela pesquisa histórica. Não é consenso que o estudo das formas como as pessoas se apropriam da história, seja ela científica ou não, deva ser preocupação dos próprios historiadores. Rüsen parte de uma concepção que defende este tipo de estudo. Para ele, os historiadores também devem se questionar acerca do papel que o saber histórico desempenha na sociedade, ou mais precisamente, deve se interrogar sobre as concepções de história que são nutridas pela sociedade e como este saber é utilizado pelos diferentes grupos. Nesta tarefa, a história, através da sua teoria – conjunto das formulações que tentam compreender a racionalidade desta ciência – reflete sobre o seu enraizamento na vida prática, sobre a efetivação de sua finalidade de orientação temporal. Desta forma, todos os processos de formação histórica, nos quais há uma intencionalidade de influenciar terceiros a partir da exposição de um conteúdo histórico, podem ser perscrutados pelos historiadores

(RÜSEN, 2001; p.48). Nisto, as formulações do autor são interessantes para se pensar o ensino de história e a sua relação com a ciência da história.

Um grupo de intelectuais de vários países, incluindo o Brasil, tem se dedicado a explorar a pesquisa em educação histórica com base na teoria de Jörn Rüsen. Esses pesquisadores refletem sobre o ensino de história a partir de uma aproximação com a *didática da história*, concebida como um desdobramento das funções da teoria (RÜSEN, 2006; BERGMANN, 1990). É objeto da didática da história o estudo da natureza, função e importância da consciência histórica (RÜSEN, 2006; p.13). É uma disciplina específica que integra o conjunto da racionalidade da história e estuda o aprendizado histórico, clarificando as conexões internas entre história, vida prática e aprendizado, sendo responsável por estudar a importância da história para o sujeito receptivo e reflexivo (BERGMANN, 1990). Neste sentido, é competência da didática da história estudar a elaboração, transmissão, recepção e os efeitos de todos os modos imagináveis de história, bem como as recepções escolares e extraescolares. Nesta perspectiva está incluso outro nível de reflexão, no qual os pressupostos e os efeitos do sujeito de conhecimento não são apenas considerados, como também indispensáveis. Trata-se de uma reflexão sobre os significados da história, os quais são possíveis de apreender somente pela realização de estudos empíricos. Atualmente integram um grupo bastante heterogêneo, intelectuais de países como Brasil, Portugal, Inglaterra, Alemanha, Itália e Canadá, na tentativa de estabelecer estudos comparados. Mesmo reconhecendo as diversidades culturais de cada país, existe o pressuposto partilhado pelo grupo de que haja uma racionalidade humana comum acerca da função da consciência histórica, que pode ser identificada nestes estudos transnacionais (BARCA, 2007; p.31). Em grande medida este esforço se deve ao contorno disciplinar que as pesquisas em ensino vêm ganhando. Trata-se de pensar as questões de ensino e aprendizagem a partir de um enquadramento epistemológico na própria história, e não somente na educação, em vista de que há uma racionalidade que caracteriza o modo de produção do conhecimento histórico, que tem a ver com as formas de aprendizagem da história (BARCA, 2007; p.24-26). A aproximação com a didática da história faz parte do aparato teórico que estaremos utilizando para estudar as narrativas dos professores.

Por fim, desejo estabelecer uma diferença entre *produção* e *consumo*, a exemplo do que fez Michel de Certeau e sua equipe em *A invenção do cotidiano* (CERTEAU, 1994). Ao lado de uma produção estrategicamente racionalizada, centralizada e espetacular, existe uma outra, que se caracteriza pela dispersão e por não lidar com produtos próprios, uma vez que se faz notar nas maneiras de empregar os produtos impostos pela ordem dominante. Esta outra produção, que se manifesta em todos os lugares, recebe o nome de *consumo* (CERTEAU, 1994; p.39). Sem maiores dificuldades, podemos qualificar a mitologia do país de Mossoró como um construto que se enquadra no que Certeau chamou de *produção*. Foi esta esfera de produção que José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz estudaram. Contudo, é notória a referência que os trabalhos desses intelectuais fazem ao que também podemos chamar de *consumo*, quando nos debruçamos sobre as suas escritas e identificamos a pretensão dos autores em apontar em vários momentos os significados que as memórias oficiais têm para os mossoroenses. A exemplo de Certeau, é premente dizer que a presença e a circulação de uma representação, como a mitologia do país de Mossoró, não indicam o significado que ela tem para os seus usuários. Antes, se faz necessário analisar as maneiras de empregar utilizadas pelos praticantes que não a fabricaram. Pretendemos analisar as narrativas dos professores tendo em vista as contribuições de Certeau sobre as práticas de consumo. Tais práticas da memória oficial de Mossoró não foram estudadas, embora haja referência constante a esta esfera, sempre no sentido de apontar que os sujeitos comuns absorvem a mensagem difundida pela elite dominante de uma maneira acrítica. José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz inferem as práticas de consumo da população a partir do estudo da produção da espacialidade e da identidade mossoroense. A leitura desses trabalhos nos possibilitou compreender que além de Mossoró ser reduto de uma presença oligárquica que remonta à República Velha, lugar onde esta oligarquia inscreve seus valores e símbolos, ainda se caracteriza por ser composta de sujeitos passivos que se permitem dominar pela ideologia disseminada pelos Rosado. Ideologia construída para submeter a massa, arregimentar a multidão e tocar seus corações e mentes para que direcionem os seus votos para os membros dessa poderosa oligarquia.

Há uma interpretação partilhada pelos três autores de que o consumo dessa ideologia, realizado pelos mossoroenses, implica necessariamente numa aceitação

passiva. Nesta lógica, o que podemos entender é que os mossoroenses absorvem a mensagem difundida pelos Rosado e a compreendem exatamente como os agentes desse poder dominador desejam. Os mossoroenses efetivamente atribuem aos Rosado os valores que estes construíram para si. Tal compreensão carece de uma leitura mais apurada sobre a lógica de consumo.

Há dois exemplos que ilustram bem a diversidade que integra o espaço escolar e a complexidade que envolve o trabalho da consciência histórica. A pesquisadora Marília Duran, ao lado de outros pesquisadores do *GT Formação* – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Educadores - realiza um trabalho interessante sobre a formação de professores, utilizando as contribuições de Michel de Certeau, notadamente as questões que dizem respeito às táticas dos consumidores, mantendo seu foco investigativo nas práticas do cotidiano escolar (DURAN, 2007). Neste estudo, a autora identifica importantes apropriações de currículos e programas oficiais pelas professoras da educação básica, além de práticas de trampolinagem destas propostas, assinalando o campo de forças que existe no interior da escola. Este trabalho é um exemplo da impossibilidade de inferir os processos internos à escola a partir do estudo de propostas curriculares, livros didáticos, políticas públicas, numa palavra, mantendo o foco na externalidade da escola, o que também não significa que estes trabalhos sejam menos importantes. No caso da historiografia trabalhada, é possível lançar suspeita sobre as conclusões feitas sobre o ensino das tradições e da memória oficial de Mossoró no espaço escolar, uma vez que o foco dos autores está centrado na memória e identidade mossoroenses, estudada a partir da esfera de produção oficial, de modo que não houve uma preocupação em estudar o ensino desta memória, apesar das afirmações contundentes que fazem sobre este aspecto. A pesquisa sobre o modo como os professores de história se apropriam e ensinam a mitologia do país de Mossoró levará em conta a teoria das práticas cotidianas de Certeau.

O segundo exemplo trata das apropriações de narrativas oficiais, relatado por Marília Gago. A autora faz referência ao estudo de Wertsch na Estônia. Citando o autor, Marília Gago relata que na sua pesquisa, Wertsch identifica a presença de duas narrativas, uma oficial, veiculada pelas escolas e pela mídia e outra não oficial, difundida pela família e outros meios. O autor relata que os habitantes sabiam

reproduzir a narrativa oficial, apresentando uma explicação bastante coerente, enquanto que a narrativa não oficial era bastante dispersa e fragmentada, de modo que poucos a conheciam efetivamente. Não obstante, havia um consenso de que a primeira narrativa era falsa, e a segunda verdadeira. Para este caso, Marília Gago aponta que mesmo sendo bastante conhecida, a narrativa oficial não havia sido interiorizada, uma vez que a ela não se creditava o valor que o sucesso de sua difusão poderia facilmente sugerir. A segunda narrativa, mesmo sendo parcialmente conhecida, era dotada de um significado mais efetivo, haja vista ser tratada como verdadeira e desmistificadora, oferecendo a qualidade de orientar as pessoas no tempo (GAGO, 2007; p.99). Tendo isso em vista, é imprescindível a necessidade de pesquisar os processos internos à escola através de estudos empíricos, sob pena de não se poder oferecer uma explicação que leve em conta a multiplicidade que existe no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000;
- BARCA, Isabel. **Investigação em Educação Histórica: fundamentos, percursos e perspectivas**. In. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Et. Ali. **Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal, EDUFRRN, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 7ªEd. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGMANN, Klaus. **A História na Reflexão Didática**. In: Revista Brasileira de História. v.9 n°19 p.29-42. São Paulo:1990.
- BRAZ, Emanuel Pereira. **Abolição da escravidão em Mossoró – pioneirismo ou manipulação do fato**. Coleção Mossoroense, série C, 1999.
- CAINELLI, Marlene. **História do Brasil, história de brasileiros: História, passado e identidade na memória popular**. Tese de doutorado em História – UFPR. Curitiba, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DURAN, Marília Claret Geraes. **Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau**. In: Diálogo Educ. v.7, n°22, p.115-128, set/dez, Curitiba, 2007.
- FELIPE, José Lacerda Alves. **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Mossoró: Coleção Mossoroense, série C, 1982.

_____. **A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”**. João Pessoa, PB: Grafset, 2001.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Belas mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático**. In: PINSKY, Jaime(Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2006.

GAGO, Marília. **Consciência histórica e narrativa na aula de História: concepções de professores**. Tese de Doutorado em Metodologia do Ensino da História e Ciências Sociais. Universidade do Minho, Portugal, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil**

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo, 1993

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **Mitologias do “país de Mossoró”**. Coleção Mossoroense, série C, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

_____. **Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão**. In: Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v.1, n.2, p.07-16, jul-dez. 2006.

_____. **Reconstrução do passado**. Brasília: UnB, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.